



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 6.516-B, DE 2013 **(Do Sr. Moreira Mendes)**

Altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; para dispor sobre as etapas do Programa Terra Legal e dá outras providências; tendo parecer: da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, pela aprovação deste e do de nº 8222/14, apensado, com emendas (relator: DEP. FRANCISCO CHAPADINHA); e da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, pela aprovação deste, das Emendas da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e do de nº 8222/14, apensado, com Substitutivo; e pela rejeição da Emenda apresentada na Comissão (relator: DEP. ZÉ GERALDO).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:
AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL;
INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA
AMAZÔNIA E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54,
RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Projeto apensado: 8222/14

III - Na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural:

- Parecer do relator
- Emendas oferecidas pelo relator (2)
- Parecer da Comissão
- Emendas adotadas pela Comissão (2)
- Voto em separado

IV - Na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia:

- Emenda apresentada
- Parecer do relator
- Substitutivo oferecido pelo relator
- Parecer da Comissão
- Substitutivo adotado pela Comissão

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, para dispor sobre as etapas do Programa Terra Legal e dá outras providências.

Art. 2º Os arts. 13, 15, 16, 17, 18, 32, 34, 41, 42, 43 e 44 da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13 Os requisitos para a regularização fundiária dos imóveis de até 4 (quatro) módulos fiscais serão averiguados por meio de declaração do ocupante, sujeita a responsabilização nas esferas penal, administrativa e civil, dispensada a vistoria prévia.

.....

Art. 15 O título de domínio ou, no caso previsto no §4º do art. 6º, o termo de concessão de direito real de uso deverão conter, entre outras, cláusulas que determinem:

I –

II – a averbação da área de reserva legal ou sua compensação, na forma estabelecida pela legislação ambiental, sob pena de incorrer nas penalidades cabíveis;

.....

 §1º O desmatamento que vier a ser considerado irregular em áreas de preservação permanente ou de reserva legal, após processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, implica em rescisão do título de domínio com a consequente reversão da área em favor da União.

§2º Os títulos referentes às áreas de até 4 (quatro) módulos fiscais serão intrasferíveis e inegociáveis por ato inter vivos pelo prazo previsto no caput.

§5º O beneficiário que transferir ou negociar por qualquer meio o título obtido nos termos desta lei não poderá ser contemplado novamente em programas de reforma agrária ou de regularização fundiária.

Art. 16 O título de domínio e o termo de concessão de uso somente serão liberados após a vistoria, ressalvado o disposto no caput do artigo 13 desta lei.

Parágrafo único. A vistoria deve ocorrer em até 60 (sessenta) dias da efetivação do cadastro.

Art.17.....

§2º Deverá ser concedido desconto de 20% (vinte por cento) ao beneficiário da regularização fundiária que optar pelo pagamento à vista.

Art. 18 Em caso de rescisão do título de domínio, na hipótese prevista no §2º do art. 15, serão indenizadas as benfeitorias úteis e necessárias, desde que realizadas com observância da lei.

.....

 Art. 32 Com a finalidade de efetivar as atividades previstas nesta Lei, a União poderá firmar acordos de cooperação técnica, convênios ou outros instrumentos congêneres com Estados e Municípios.

Parágrafo único. No intuito de simplificar todas as fases do programa, principalmente a etapa de georreferenciamento, deverá existir o cruzamento de dados entre todos os órgãos participantes, sejam eles da esfera federal, estadual ou municipal.

.....

 Art. 34 O Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão deverão disponibilizar todos os dados

obtidos do programa, com divulgação ampla e irrestrita, por meio de sítio eletrônico na rede mundial de computadores – Internet, visando assegurar a transparência sobre o processo de regularização fundiária de que trata esta lei.

.....

 Art. 41 Ao se cadastrar junto ao Programa Terra Legal, o posseiro estará autorizando automaticamente às empresas terceirizadas e demais órgãos federais a realizarem o georreferenciamento e demais vistorias que se fizerem necessárias no imóvel.

Art. 42 Durante os procedimentos para a regularização fundiária, caso seja constatada a falsificação dos títulos de terras, o órgão responsável deverá comunicar ao Ministério Público para que promova as medidas cabíveis.

Art. 43 Fica estabelecido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados do cadastramento junto ao Programa, para que o órgão responsável se manifeste sobre a pretensão, sob pena de imediata titulação.

Art. 44 Esta lei entra em vigor 90 (noventa) dias após sua publicação.
 (NR)”

JUSTIFICATIVA

A indefinição dos direitos fundiários na Amazônia sempre foi um entrave ao desenvolvimento da região. Segundo estudos realizados, metade de suas terras estava concentrada em áreas protegidas, assentamentos de reforma agrária e terras militares. O restante era dividido entre terras públicas sem destinação ou devolutas; terras públicas ocupadas informalmente e títulos de terras privadas.

No intuito de implementar os ditames da Lei nº. 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, o governo federal criou o Programa Terra Legal, com o objetivo de acelerar a regularização de ocupações em terras públicas na Amazônia.

O programa é coordenado e implementado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e visa a regularização fundiária de áreas de ocupação legítima de terras da União que possuam até 15 módulos fiscais e 1.500 (hum mil e quinhentos) hectares.

O objetivo do programa era beneficiar até 300 mil posseiros dentro das glebas federais e emitir títulos de terra em até 60 (sessenta) dias, com a regularização fundiária de toda a região em três anos.

No entanto, o Terra Legal não conseguiu alcançar sua meta. Em 2011, haviam apenas 611 títulos emitidos. Atualmente, dos 107 mil cadastrados no programa, apenas 4.691 tem a posse oficial da terra.

Apesar da previsão legal de titular áreas de até 15 módulos fiscais, o Programa só tem conseguido titular áreas até 1 módulo fiscal. Acima disso, sofre com o rigor da burocracia, especialmente para aqueles que são detentores de áreas acima de 4 módulos fiscais.

No entanto, as posses de até 1 módulo ocupam apenas 17% do total de cadastros. A maior parte, cerca de 78%, corresponde a posses incluídas em outras categorias, que devem pagar pela regularização.

O intuito da lei era regularizar todas as ocupações legítimas. Contudo, uma série de entraves burocráticos tem impedido a eficácia do programa.

Neste sentido, a proposta em tela tem por objetivo alterar alguns dispositivos da lei para desburocratizar alguns procedimentos, de forma que as ocupações legítimas sejam tituladas o mais breve possível.

Basicamente as alterações visam: 1) simplificar a etapa de georreferenciamento com o cruzamento de dados entre os órgãos; 2) impor prazo para a realização de vistoria nos imóveis; 3) conferir autorização automática do posseiro, quando do cadastramento junto ao programa, para que as empresas possam realizar o georreferenciamento; 4) garantir a ampla publicidade do programa, com divulgação ampla e irrestrita dos dados obtidos; 5) acabar com as cláusulas resolutivas para validade da titulação, que causavam entrave no processo; 6) estabelecer providência a ser adotada nos casos de títulos de terras falsos e, 7) fixar um prazo para titulação da posse dos imóveis cadastrados junto ao Programa.

Por entender que a presente proposição irá beneficiar toda a sociedade, principalmente os possuidores legítimos de terras na região Amazônica, pedimos aos nobres Pares apoio para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 8 outubro de 2013.

Dep. Moreira Mendes
PSD/RO

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI
--

LEI Nº 11.952, DE 25 DE JUNHO DE 2009

Dispõe sobre a regularização fundiária das

ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; altera as Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO II **DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM ÁREAS RURAIS**

Art. 13. Os requisitos para a regularização fundiária dos imóveis de até 4 (quatro) módulos fiscais serão averiguados por meio de declaração do ocupante, sujeita a responsabilização nas esferas penal, administrativa e civil, dispensada a vistoria prévia.

Parágrafo único. É facultado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário ou, se for o caso, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão determinar a realização de vistoria de fiscalização do imóvel rural na hipótese prevista no caput deste artigo

Art. 14. As áreas ocupadas insuscetíveis de regularização por excederem os limites previstos no § 1º do art. 6º poderão ser objeto de titulação parcial, nos moldes desta Lei, de área de até 15 (quinze) módulos fiscais, observado o limite máximo de 1.500ha (mil e quinhentos hectares)

§ 1º A opção pela titulação, nos termos do caput, será condicionada à desocupação da área excedente

§ 2º Ao valor do imóvel serão acrescidos os custos relativos à execução dos serviços topográficos, se executados pelo poder público.

Art. 15. O título de domínio ou, no caso previsto no § 4º do art. 6º, o termo de concessão de direito real de uso deverão conter, entre outras, cláusulas sob condição resolutiva pelo prazo de 10 (dez) anos, que determinem:

I - o aproveitamento racional e adequado da área;

II - a averbação da reserva legal, incluída a possibilidade de compensação na forma de legislação ambiental;

III - a identificação das áreas de preservação permanente e, quando couber, o compromisso para sua recuperação na forma da legislação vigente;

IV - a observância das disposições que regulam as relações de trabalho; e

V - as condições e forma de pagamento.

§ 1º Na hipótese de pagamento por prazo superior a 10 (dez) anos, a eficácia da cláusula resolutiva prevista no inciso V do caput deste artigo estender-se-á até a integral quitação

§ 2º O desmatamento que vier a ser considerado irregular em áreas de preservação permanente ou de reserva legal durante a vigência das cláusulas resolutivas, após processo administrativo, em que tiver sido assegurada a ampla defesa e o contraditório, implica

rescisão do título de domínio ou termo de concessão com a consequente reversão da área em favor da União.

§ 3º Os títulos referentes às áreas de até 4 (quatro) módulos fiscais serão intransferíveis e inegociáveis por ato inter vivos pelo prazo previsto no caput.

§ 4º Desde que o beneficiário originário esteja cumprindo as cláusulas resolutivas, decorridos 3 (três) anos da titulação, poderão ser transferidos títulos referentes a áreas superiores a 4 (quatro) módulos fiscais, se a transferência for a terceiro que preencha os requisitos previstos em regulamento.

§ 5º A transferência dos títulos prevista no § 4º somente será efetivada mediante anuência dos órgãos expedidores.

§ 6º O beneficiário que transferir ou negociar por qualquer meio o título obtido nos termos desta Lei não poderá ser beneficiado novamente em programas de reforma agrária ou de regularização fundiária.

Art. 16. As condições resolutivas do título de domínio e do termo de concessão de uso somente serão liberadas após vistoria.

Art. 17. O valor do imóvel fixado na forma do art. 12 será pago pelo beneficiário da regularização fundiária em prestações amortizáveis em até 20 (vinte) anos, com carência de até 3 (três) anos.

§ 1º Sobre o valor fixado incidirão os mesmos encargos financeiros adotados para o crédito rural oficial, na forma do regulamento, respeitadas as diferenças referentes ao enquadramento dos beneficiários nas linhas de crédito disponíveis por ocasião da fixação do valor do imóvel.

§ 2º Poderá ser concedido desconto ao beneficiário da regularização fundiária, de até 20% (vinte por cento), no pagamento à vista.

§ 3º Os títulos emitidos pelo Incra entre 1º de maio de 2008 e 10 de fevereiro de 2009 para ocupantes em terras públicas federais na Amazônia Legal terão seus valores passíveis de enquadramento ao previsto nesta Lei, desde que requerido pelo interessado e nos termos do regulamento.

Art. 18. O descumprimento das condições resolutivas pelo titulado ou, na hipótese prevista no § 4º do art. 15, pelo terceiro adquirente implica rescisão do título de domínio ou do termo de concessão, com a consequente reversão da área em favor da União, declarada no processo administrativo que apurar o descumprimento das cláusulas resolutivas, assegurada a ampla defesa e o contraditório

Parágrafo único. Rescindido o título de domínio ou o termo de concessão na forma do caput, as benfeitorias úteis e necessárias, desde que realizadas com observância da lei, serão indenizadas.

Art. 19. No caso de inadimplemento de contrato firmado com o Incra até 10 de fevereiro de 2009, ou de não observância de requisito imposto em termo de concessão de uso ou de licença de ocupação, o ocupante terá prazo de 3 (três) anos, contados a partir de 11 de fevereiro de 2009, para adimplir o contrato no que foi descumprido ou renegociá-lo, sob pena de ser retomada a área ocupada, conforme regulamento.

.....

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31. Os agentes públicos que cometerem desvios na aplicação desta Lei incorrerão nas sanções previstas na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Parágrafo único. Não haverá reversão do imóvel ao patrimônio da União em caso de descumprimento das disposições dos arts. 29 e 30 pelo Município.

Art. 32. Com a finalidade de efetivar as atividades previstas nesta Lei, a União firmará acordos de cooperação técnica, convênios ou outros instrumentos congêneres com Estados e Municípios.

Art. 33. Ficam transferidas do Incra para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, pelo prazo de 5 (cinco) anos renovável por igual período, nos termos de regulamento, em caráter extraordinário, as competências para coordenar, normatizar e supervisionar o processo de regularização fundiária de áreas rurais na Amazônia Legal, expedir os títulos de domínio correspondentes e efetivar a doação prevista no § 1º do art. 21, mantendo-se as atribuições do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão previstas por esta Lei

Art. 34. O Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão criarão sistema informatizado a ser disponibilizado na rede mundial de computadores - internet, visando a assegurar a transparência sobre o processo de regularização fundiária de que trata esta Lei

Art. 35. A implementação das disposições desta Lei será avaliada de forma sistemática por comitê instituído especificamente para esse fim, assegurada a participação de representantes da sociedade civil organizada que atue na região amazônica, segundo composição e normas de funcionamento definidas em regulamento.

.....

Art. 41. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de junho de 2009; 188º da Independência e 121º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Tarso Genro

Guido Mantega

Paulo Bernardo Silva

Carlos Minc

Guilherme Cassel

Márcio Fortes de Almeida

PROJETO DE LEI N.º 8.222, DE 2014

(Do Sr. Marcos Montes)

Altera a Lei nº 11.952 de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da

União, no âmbito da Amazônia Legal; para dispor sobre as etapas do Programa Terra Legal e dá outras providências.

DESPACHO:
APENSE-SE À(AO) PL-6516/2013.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, para dispor sobre as etapas do Programa Terra Legal e dá outras providências.

Art. 2º Os arts. 13, 15, 16, 17, 18, 32, 34, 41, 42, e 43 da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 13 Os requisitos para a regularização fundiária dos imóveis de até 4 (quatro) módulos fiscais serão averiguados por meio de declaração do ocupante, sujeita a responsabilização nas esferas penal, administrativa e civil, dispensada a vistoria prévia.

.....
.....

Art. 15 O título de domínio ou, no caso previsto no §4º do art. 6º, o termo de concessão de direito real de uso deverão conter, entre outras, cláusulas que determinem:

I –
II – a averbação da área de reserva legal ou sua compensação, na forma estabelecida pela legislação ambiental, sob pena de incorrer nas penalidades cabíveis;

.....
.....
.....

§1º O desmatamento que vier a ser considerado irregular em áreas de

preservação permanente ou de reserva legal, após processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, implica em rescisão do título de domínio com a consequente reversão da área em favor da União.

§2º Os títulos referentes às áreas de até 4 (quatro) módulos fiscais serão intrasferíveis e inegociáveis por ato inter vivos pelo prazo previsto no caput.

.....

.....

§5º O beneficiário que transferir ou negociar por qualquer meio o título obtido nos termos desta lei não poderá ser contemplado novamente em programas de reforma agrária ou de regularização fundiária.”

Art. 16 O título de domínio e o termo de concessão de uso somente serão liberados após a vistoria, ressalvado o disposto no caput do artigo 13 desta lei.

Parágrafo único. A vistoria deve ocorrer em até 60 (sessenta) dias da efetivação do cadastro.”

Art.17.....

.....

§2º Deverá ser concedido desconto de 20% (vinte por cento) ao beneficiário da regularização fundiária que optar pelo pagamento à vista.

Art. 18 Em caso de rescisão do título de domínio, na hipótese prevista no §2º do art. 15, serão indenizadas as benfeitorias úteis e necessárias, desde que realizadas com observância da lei.

.....

Art. 32 Com a finalidade de efetivar as atividades previstas nesta Lei, a União poderá firmar acordos de cooperação técnica, convênios ou outros instrumentos congêneres com Estados e Municípios.

Parágrafo único. No intuito de simplificar todas as fases do programa, principalmente a etapa de georreferenciamento, deverá existir o cruzamento de dados entre todos os órgãos participantes, sejam eles da esfera federal, estadual ou municipal.

.....

.....

Art. 34 O Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão deverão disponibilizar todos os dados obtidos do programa, com divulgação ampla e irrestrita, por meio de sítio eletrônico na rede mundial de computadores – Internet, visando assegurar a transparência sobre o processo de regularização fundiária de que trata esta lei.

.....

.....

Art. 41 Ao se cadastrar junto ao Programa Terra Legal, o posseiro estará autorizando automaticamente às empresas terceirizadas e demais órgãos federais a realizarem o georreferenciamento e demais vistorias que se fizerem necessárias no imóvel.

Art. 42 Durante os procedimentos para a regularização fundiária, caso seja constatada a falsificação dos títulos de terras, o órgão responsável deverá comunicar ao Ministério Público para que promova as medidas cabíveis.

Art. 43 Fica estabelecido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados do cadastramento junto ao Programa, para que o órgão responsável se manifeste sobre a pretensão, sob pena de imediata titulação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor 90 (noventa) dias após sua publicação.
(NR)”

JUSTIFICATIVA

Em homenagem ao nobre deputado Moreira Mendes, e pela oportuna e meritória proposta, peço vênica para apresentar o presente Projeto de Lei que busca desburocratizar procedimentos relativos ao Programa Terra Legal, com intuito de proporcionar uma regularização fundiária mais efetiva e tempestiva.

A indefinição dos direitos fundiários na Amazônia sempre foi um entrave ao desenvolvimento da região. Segundo estudos realizados, metade de suas terras estava concentrada em áreas protegidas, assentamentos de reforma agrária e terras militares. O restante era dividido entre terras públicas sem destinação ou devolutas; terras públicas ocupadas informalmente e títulos de terras privadas.

No intuito de implementar os ditames da Lei nº. 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, o governo federal criou o Programa Terra Legal, com o objetivo de acelerar a regularização de ocupações em terras públicas na Amazônia.

O programa é coordenado e implementado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e visa a regularização fundiária de áreas de ocupação legítima de terras da União que possuam até 15 módulos fiscais e 1.500 (hum mil e quinhentos) hectares.

O objetivo do programa era beneficiar até 300 mil posseiros dentro das glebas federais e emitir títulos de terra em até 60 (sessenta) dias, com a regularização fundiária de toda a região em três anos.

No entanto, o Terra Legal não conseguiu alcançar sua meta. Em 2011, haviam apenas 611 títulos emitidos. Atualmente, dos 107 mil cadastrados no programa, apenas 4.691 tem a posse oficial da terra.

Apesar da previsão legal de titular áreas de até 15 módulos fiscais, o Programa só tem conseguido titular áreas até 1 módulo fiscal. Acima disso, sofre com o rigor da burocracia, especialmente para aqueles que são detentores de áreas acima de 4 módulos fiscais.

No entanto, as posses de até 1 módulo ocupam apenas 17% do total de cadastros. A maior parte, cerca de 78%, corresponde a posses incluídas em outras categorias, que devem pagar pela regularização.

O intuito da lei era regularizar todas as ocupações legítimas. Contudo, uma série de entraves burocráticos tem impedido a eficácia do programa.

Neste sentido, a proposta em tela tem por objetivo alterar alguns dispositivos da lei para desburocratizar alguns procedimentos, de forma que as ocupações legítimas sejam titulas o mais breve possível.

Basicamente as alterações visam: 1) simplificar a etapa de georreferenciamento com o cruzamento de dados entre os órgãos; 2) impor prazo para a realização de vistoria nos imóveis; 3) conferir autorização automática do posseiro, quando do cadastramento junto ao programa, para que as empresas possam realizar o georreferenciamento; 4) garantir a ampla publicidade do programa, com divulgação ampla e irrestrita dos dados obtidos; 5) acabar com as cláusulas resolutivas para validade da titulação, que causavam entrave no processo; 6) estabelecer providencia a ser adotada nos casos de títulos de terras falsos e, 7) fixar um prazo para titulação da posse dos imóveis cadastrados junto ao Programa.

Por entender que a presente proposição irá beneficiar toda a sociedade, principalmente os possuidores legítimos de terras na região Amazônica, pedimos aos nobres Pares apoio para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 09 de dezembro de 2014.

Deputado Marcos Montes
PSD/MG

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

LEI Nº 11.952, DE 25 DE JUNHO DE 2009

Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; altera as Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, definida no art. 2º da Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, mediante alienação e concessão de direito real de uso de imóveis.

Parágrafo único. Fica vedado beneficiar, nos termos desta Lei, pessoa natural ou jurídica com a regularização de mais de uma área ocupada.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

- I - ocupação direta: aquela exercida pelo ocupante e sua família;
- II - ocupação indireta: aquela exercida somente por interposta pessoa;
- III - exploração direta: atividade econômica exercida em imóvel rural, praticada diretamente pelo ocupante com o auxílio de seus familiares, ou com a ajuda de terceiros, ainda que assalariados;
- IV - exploração indireta: atividade econômica exercida em imóvel rural por meio de preposto ou assalariado;
- V - cultura efetiva: exploração agropecuária, agroindustrial, extrativa, florestal, pesqueira ou outra atividade similar, mantida no imóvel rural e com o objetivo de prover subsistência dos ocupantes, por meio da produção e da geração de renda;
- VI - ocupação mansa e pacífica: aquela exercida sem oposição e de forma contínua;
- VII - ordenamento territorial urbano: planejamento da área urbana, de expansão urbana ou de urbanização específica, que considere os princípios e diretrizes da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e inclua, no mínimo, os seguintes elementos:
 - a) delimitação de zonas especiais de interesse social em quantidade compatível com a demanda de habitação de interesse social do Município;
 - b) diretrizes e parâmetros urbanísticos de parcelamento, uso e ocupação do solo urbano;
 - c) diretrizes para infraestrutura e equipamentos urbanos e comunitários; e
 - d) diretrizes para proteção do meio ambiente e do patrimônio cultural;
- VIII - concessão de direito real de uso: cessão de direito real de uso, onerosa ou gratuita, por tempo certo ou indeterminado, para fins específicos de regularização fundiária; e
- IX - alienação: doação ou venda, direta ou mediante licitação, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, do domínio pleno das terras previstas no art. 1º.

Art. 3º São passíveis de regularização fundiária nos termos desta Lei as ocupações incidentes em terras:

- I - discriminadas, arrecadadas e registradas em nome da União com base no art. 1º do Decreto-Lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971;
- II - abrangidas pelas exceções dispostas no parágrafo único do art. 1º do Decreto-Lei nº 2.375, de 24 de novembro de 1987;

- III - remanescentes de núcleos de colonização ou de projetos de reforma agrária que tiverem perdido a vocação agrícola e se destinem à utilização urbana;
- IV - devolutas localizadas em faixa de fronteira; ou
- V - registradas em nome do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, ou por ele administradas.

Parágrafo único. Esta Lei aplica-se subsidiariamente a outras áreas sob domínio da União, na Amazônia Legal, sem prejuízo da utilização dos instrumentos previstos na legislação patrimonial.

Art. 4º Não serão passíveis de alienação ou concessão de direito real de uso, nos termos desta Lei, as ocupações que recaiam sobre áreas:

- I - reservadas à administração militar federal e a outras finalidades de utilidade pública ou de interesse social a cargo da União;
- II - tradicionalmente ocupadas por população indígena;
- III - de florestas públicas, nos termos da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, de unidades de conservação ou que sejam objeto de processo administrativo voltado à criação de unidades de conservação, conforme regulamento; ou
- IV - que contenham acessões ou benfeitorias federais.

§ 1º As áreas ocupadas que abranjam parte ou a totalidade de terrenos de marinha, terrenos marginais ou reservados, seus acrescidos ou outras áreas insuscetíveis de alienação nos termos do art. 20 da Constituição Federal, poderão ser regularizadas mediante outorga de título de concessão de direito real de uso.

§ 2º As terras ocupadas por comunidades quilombolas ou tradicionais que façam uso coletivo da área serão regularizadas de acordo com as normas específicas, aplicando-se-lhes, no que couber, os dispositivos desta Lei.

CAPÍTULO II DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM ÁREAS RURAIS

Art. 5º Para regularização da ocupação, nos termos desta Lei, o ocupante e seu cônjuge ou companheiro deverão atender os seguintes requisitos:

- I - ser brasileiro nato ou naturalizado;
- II - não ser proprietário de imóvel rural em qualquer parte do território nacional;
- III - praticar cultura efetiva;
- IV - comprovar o exercício de ocupação e exploração direta, mansa e pacífica, por si ou por seus antecessores, anterior a 1º de dezembro de 2004; e
- V - não ter sido beneficiado por programa de reforma agrária ou de regularização fundiária de área rural, ressalvadas as situações admitidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

§ 1º Fica vedada a regularização de ocupações em que o ocupante, seu cônjuge ou companheiro exerçam cargo ou emprego público no Incra, no Ministério do Desenvolvimento Agrário, na Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ou nos órgãos estaduais de terras.

§ 2º Nos casos em que o ocupante, seu cônjuge ou companheiro exerçam cargo ou emprego público não referido no § 1º, deverão ser observados para a regularização os requisitos previstos nos incisos II, III e IV do art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

Art. 6º Preenchidos os requisitos previstos no art. 5º, o Ministério do Desenvolvimento Agrário ou, se for o caso, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão regularizará as áreas ocupadas mediante alienação.

§ 1º Serão regularizadas as ocupações de áreas de até 15 (quinze) módulos fiscais e não superiores a 1.500ha (mil e quinhentos hectares), respeitada a fração mínima de parcelamento.

§ 2º Serão passíveis de alienação as áreas ocupadas, demarcadas e que não abranjam as áreas previstas no art. 4º desta Lei.

§ 3º Não serão regularizadas ocupações que incidam sobre áreas objeto de demanda judicial em que seja parte a União ou seus entes da administração indireta, até o trânsito em julgado da respectiva decisão.

§ 4º A concessão de direito real de uso nas hipóteses previstas no § 1º do art. 4º desta Lei será outorgada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, após a identificação da área, nos termos de regulamento.

§ 5º Os ocupantes de áreas inferiores à fração mínima de parcelamento terão preferência como beneficiários na implantação de novos projetos de reforma agrária na Amazônia Legal.

Art. 7º (VETADO)

Art. 8º Em caso de conflito nas regularizações de que trata este Capítulo, a União priorizará:

I - a regularização em benefício das comunidades locais, definidas no inciso X do art. 3º da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, se o conflito for entre essas comunidades e particular, pessoa natural ou jurídica;

II - (VETADO)

Art. 9º A identificação do título de domínio destacado originariamente do patrimônio público será obtida a partir de memorial descritivo, assinado por profissional habilitado e com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, contendo as coordenadas dos vértices definidores dos limites do imóvel rural, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro.

Parágrafo único. O memorial descritivo de que trata o caput será elaborado nos termos do regulamento.

Art. 10. A certificação do memorial descritivo não será exigida no ato da abertura de matrícula baseada em título de domínio de imóvel destacado do patrimônio público, nos termos desta Lei.

Parágrafo único. Os atos registrares subsequentes deverão ser feitos em observância ao art. 176 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

Art. 11. Na ocupação de área contínua de até 1 (um) módulo fiscal, a alienação e, no caso previsto no § 4º do art. 6º desta Lei, a concessão de direito real de uso dar-se-ão de forma gratuita, dispensada a licitação, ressalvado o disposto no art. 7º desta Lei.

Parágrafo único. O registro decorrente da alienação ou concessão de direito real de uso de que trata este artigo será realizado de ofício pelo Registro de Imóveis competente, independentemente de custas e emolumentos.

Art. 12. Na ocupação de área contínua acima de 1 (um) módulo fiscal e até 15 (quinze) módulos fiscais, desde que inferior a 1.500ha (mil e quinhentos hectares), a alienação e, no caso previsto no § 4º do art. 6º desta Lei, a concessão de direito real de uso dar-se-ão de forma onerosa, dispensada a licitação, ressalvado o disposto no art. 7º.

§ 1º A avaliação do imóvel terá como base o valor mínimo estabelecido em planilha referencial de preços, sobre o qual incidirão índices que considerem os critérios de ancianidade da ocupação, especificidades de cada região em que se situar a respectiva ocupação e dimensão da área, conforme regulamento.

§ 2º Ao valor do imóvel para alienação previsto no § 1º serão acrescidos os custos relativos à execução dos serviços topográficos, se executados pelo poder público, salvo em áreas onde as ocupações não excedam a 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 3º Poderão ser aplicados índices diferenciados, quanto aos critérios mencionados no § 1º, para a alienação ou concessão de direito real de uso das áreas onde as ocupações não excedam a 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 4º O ocupante de área de até 4 (quatro) módulos fiscais terá direito aos benefícios do Programa Nossa Terra - Nossa Escola.

Art. 13. Os requisitos para a regularização fundiária dos imóveis de até 4 (quatro) módulos fiscais serão averiguados por meio de declaração do ocupante, sujeita a responsabilização nas esferas penal, administrativa e civil, dispensada a vistoria prévia.

Parágrafo único. É facultado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário ou, se for o caso, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão determinar a realização de vistoria de fiscalização do imóvel rural na hipótese prevista no caput deste artigo.

Art. 14. As áreas ocupadas insuscetíveis de regularização por excederem os limites previstos no § 1º do art. 6º poderão ser objeto de titulação parcial, nos moldes desta Lei, de área de até 15 (quinze) módulos fiscais, observado o limite máximo de 1.500ha (mil e quinhentos hectares).

§ 1º A opção pela titulação, nos termos do caput, será condicionada à desocupação da área excedente.

§ 2º Ao valor do imóvel serão acrescidos os custos relativos à execução dos serviços topográficos, se executados pelo poder público.

Art. 15. O título de domínio ou, no caso previsto no § 4º do art. 6º, o termo de concessão de direito real de uso deverão conter, entre outras, cláusulas sob condição resolutiva pelo prazo de 10 (dez) anos, que determinem:

- I - o aproveitamento racional e adequado da área;
- II - a averbação da reserva legal, incluída a possibilidade de compensação na forma de legislação ambiental;
- III - a identificação das áreas de preservação permanente e, quando couber, o compromisso para sua recuperação na forma da legislação vigente;
- IV - a observância das disposições que regulam as relações de trabalho; e
- V - as condições e forma de pagamento.

§ 1º Na hipótese de pagamento por prazo superior a 10 (dez) anos, a eficácia da cláusula resolutiva prevista no inciso V do caput deste artigo estender-se-á até a integral quitação.

§ 2º O desmatamento que vier a ser considerado irregular em áreas de preservação permanente ou de reserva legal durante a vigência das cláusulas resolutivas, após processo administrativo, em que tiver sido assegurada a ampla defesa e o contraditório, implica rescisão do título de domínio ou termo de concessão com a consequente reversão da área em favor da União.

§ 3º Os títulos referentes às áreas de até 4 (quatro) módulos fiscais serão intransferíveis e inegociáveis por ato inter vivos pelo prazo previsto no caput.

§ 4º Desde que o beneficiário originário esteja cumprindo as cláusulas resolutivas, decorridos 3 (três) anos da titulação, poderão ser transferidos títulos referentes a áreas superiores a 4 (quatro) módulos fiscais, se a transferência for a terceiro que preencha os requisitos previstos em regulamento.

§ 5º A transferência dos títulos prevista no § 4º somente será efetivada mediante anuência dos órgãos expedidores.

§ 6º O beneficiário que transferir ou negociar por qualquer meio o título obtido nos termos desta Lei não poderá ser beneficiado novamente em programas de reforma agrária ou de regularização fundiária.

Art. 16. As condições resolutivas do título de domínio e do termo de concessão de uso somente serão liberadas após vistoria.

Art. 17. O valor do imóvel fixado na forma do art. 12 será pago pelo beneficiário da regularização fundiária em prestações amortizáveis em até 20 (vinte) anos, com carência de até 3 (três) anos.

§ 1º Sobre o valor fixado incidirão os mesmos encargos financeiros adotados para o crédito rural oficial, na forma do regulamento, respeitadas as diferenças referentes ao enquadramento dos beneficiários nas linhas de crédito disponíveis por ocasião da fixação do valor do imóvel.

§ 2º Poderá ser concedido desconto ao beneficiário da regularização fundiária, de até 20% (vinte por cento), no pagamento à vista.

§ 3º Os títulos emitidos pelo Incra entre 1º de maio de 2008 e 10 de fevereiro de 2009 para ocupantes em terras públicas federais na Amazônia Legal terão seus valores passíveis de enquadramento ao previsto nesta Lei, desde que requerido pelo interessado e nos termos do regulamento.

Art. 18. O descumprimento das condições resolutivas pelo titulado ou, na hipótese prevista no § 4º do art. 15, pelo terceiro adquirente implica rescisão do título de domínio ou do termo de concessão, com a consequente reversão da área em favor da União, declarada no processo administrativo que apurar o descumprimento das cláusulas resolutivas, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

Parágrafo único. Rescindido o título de domínio ou o termo de concessão na forma do caput, as benfeitorias úteis e necessárias, desde que realizadas com observância da lei, serão indenizadas.

Art. 19. No caso de inadimplemento de contrato firmado com o Incra até 10 de fevereiro de 2009, ou de não observância de requisito imposto em termo de concessão de uso ou de licença de ocupação, o ocupante terá prazo de 3 (três) anos, contados a partir de 11 de fevereiro de 2009, para adimplir o contrato no que foi descumprido ou renegociá-lo, sob pena de ser retomada a área ocupada, conforme regulamento.

Art. 20. Todas as cessões de direitos a terceiros que envolvam títulos precários expedidos pelo Incra em nome do ocupante original, antes de 11 de fevereiro de 2009, servirão somente para fins de comprovação da ocupação do imóvel pelo cessionário ou por seus antecessores.

§ 1º O terceiro cessionário mencionado no caput deste artigo somente poderá regularizar a área por ele ocupada.

§ 2º Os imóveis que não puderem ser regularizados na forma desta Lei serão revertidos, total ou parcialmente, ao patrimônio da União.

CAPÍTULO III DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM ÁREAS URBANAS

Art. 21. São passíveis de regularização fundiária as ocupações incidentes em terras públicas da União, previstas no art. 3º desta Lei, situadas em áreas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica.

§ 1º A regularização prevista no caput deste artigo será efetivada mediante doação aos Municípios interessados, para a qual fica o Poder Executivo autorizado, sob a condição de que sejam realizados pelas administrações locais os atos necessários à regularização das áreas ocupadas, nos termos desta Lei.

§ 2º Nas hipóteses previstas no § 1º do art. 4º desta Lei, será aplicada concessão de direito real de uso das terras.

Art. 22. Constitui requisito para que o Município seja beneficiário da doação ou da concessão de direito real de uso previstas no art. 21 desta Lei ordenamento territorial urbano que abranja a área a ser regularizada, observados os elementos exigidos no inciso VII do art. 2º desta Lei.

§ 1º Os elementos do ordenamento territorial das áreas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica constarão no plano diretor, em lei municipal específica para a área ou áreas objeto de regularização ou em outra lei municipal.

§ 2º Em áreas com ocupações para fins urbanos já consolidadas, nos termos do regulamento, a transferência da União para o Município poderá ser feita independentemente da existência da lei municipal referida no § 1º deste artigo.

§ 3º Para transferência de áreas de expansão urbana, os municípios deverão apresentar justificativa que demonstre a necessidade da área solicitada, considerando a capacidade de atendimento dos serviços públicos em função do crescimento populacional previsto, o déficit habitacional, a aptidão física para a urbanização e outros aspectos definidos em regulamento.

Art. 23. O pedido de doação ou de concessão de direito real de uso de terras para regularização fundiária de área urbana ou de expansão urbana será dirigido:

I - ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, em terras arrecadadas ou administradas pelo Incra; ou

II - ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em outras áreas sob domínio da União.

§ 1º Os procedimentos de doação ou de concessão de direito real de uso deverão ser instruídos pelo Município com as seguintes peças, além de outros documentos que poderão ser exigidos em regulamento:

I - pedido de doação devidamente fundamentado e assinado pelo seu representante;

II - comprovação das condições de ocupação;

III - planta e memorial descritivo do perímetro da área pretendida, cuja precisão posicional será fixada em regulamento;

IV - cópia do plano diretor ou da lei municipal que contemple os elementos do ordenamento territorial urbano, observado o previsto no § 2º do art. 22 desta Lei;

V - relação de acessões e benfeitorias federais existentes na área pretendida, contendo identificação e localização.

§ 2º Caberá ao Incra ou, se for o caso, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão analisar se a planta e o memorial descritivo apresentados atendem as exigências técnicas fixadas.

§ 3º O Ministério das Cidades participará da análise do pedido de doação ou concessão e emitirá parecer sobre sua adequação aos termos da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

Art. 24. Quando necessária a prévia arrecadação ou a discriminação da área, o Incra ou, se for o caso, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão procederá à sua demarcação, com a cooperação do Município interessado e de outros órgãos públicos federais e estaduais, promovendo, em seguida, o registro imobiliário em nome da União.

Art. 25. No caso previsto no § 2º do art. 21 desta Lei, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão lavrará o auto de demarcação.

Parágrafo único. Nas áreas de várzeas, leitos de rios e outros corpos d'água federais, o auto de demarcação será instruído apenas pela planta e memorial descritivo da área a ser regularizada, fornecidos pelo Município, observado o disposto no inciso I do § 2º do art. 18-A do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946.

Art. 26. O Ministério do Desenvolvimento Agrário ou, se for o caso, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão formalizará a doação em favor do Município, com a expedição de título que será levado a registro, nos termos do inciso I do art. 167 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

§ 1º A formalização da concessão de direito real de uso no caso previsto no § 2º do art. 21 desta Lei será efetivada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 2º Na hipótese de estarem abrangidas as áreas referidas nos incisos I a IV do caput do art. 4º desta Lei, o registro do título será condicionado à sua exclusão, bem como à abertura de nova matrícula para as áreas destacadas objeto de doação ou concessão no registro imobiliário competente, nos termos do inciso I do art. 167 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

§ 3º A delimitação das áreas de acessões, benfeitorias, terrenos de marinha e terrenos marginais será atribuição dos órgãos federais competentes, facultada a realização de parceria com Estados e Municípios.

§ 4º A doação ou a concessão de direito real de uso serão precedidas de avaliação da terra nua elaborada pelo Incra ou outro órgão federal competente com base em planilha referencial de preços, sendo dispensada a vistoria da área.

§ 5º A abertura de matrícula referente à área independerá do georreferenciamento do remanescente da gleba, nos termos do § 3º do art. 176 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, desde que a doação ou a concessão de direito real de uso sejam precedidas do reconhecimento dos limites da gleba pelo Incra ou, se for o caso, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, garantindo que a área esteja nela localizada.

Art. 27. A doação e a concessão de direito real de uso a um mesmo Município de terras que venham a perfazer quantitativo superior a 2.500ha (dois mil e quinhentos hectares) em 1 (uma) ou mais parcelas deverão previamente ser submetidas à aprovação do Congresso Nacional.

Art. 28. A doação e a concessão de direito real de uso implicarão o automático cancelamento, total ou parcial, das autorizações e licenças de ocupação e quaisquer outros títulos não definitivos outorgados pelo Incra ou, se for o caso, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que incidam na área.

§ 1º As novas pretensões de justificação ou legitimação de posse existentes sobre as áreas alcançadas pelo cancelamento deverão ser submetidas ao Município.

§ 2º Para o cumprimento do disposto no caput, o Ministério do Desenvolvimento Agrário ou, se for o caso, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão fará publicar extrato dos títulos expedidos em nome do Município, com indicação do número do processo administrativo e dos locais para consulta ou obtenção de cópias das peças técnicas necessárias à identificação da área doada ou concedida.

§ 3º Garantir-se-ão às pessoas atingidas pelos efeitos do cancelamento a que se refere o caput:

I - a opção de aquisição de lote urbano incidente na área do título cancelado, desde que preencham os requisitos fixados para qualquer das hipóteses do art. 30; e

II - o direito de receber do Município indenização pelas acessões e benfeitorias que houver erigido em boa-fé nas áreas de que tiver que se retirar.

§ 4º A União não responderá pelas acessões e benfeitorias erigidas de boa-fé nas áreas doadas ou concedidas.

Art. 29. Incumbe ao Município dispensar às terras recebidas a destinação prevista nesta Lei, observadas as condições nela previstas e aquelas fixadas no título, cabendo-lhe, em qualquer caso:

I - regularizar as ocupações nas áreas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica; e

II - indenizar as benfeitorias de boa-fé erigidas nas áreas insuscetíveis de regularização.

Art. 30. O Município deverá realizar a regularização fundiária dos lotes ocupados, observados os seguintes requisitos:

I - alienação gratuita a pessoa natural que tenha ingressado na área antes de 11 de fevereiro de 2009, atendidas pelo beneficiário as seguintes condições:

a) possua renda familiar mensal inferior a 5 (cinco) salários mínimos;

b) ocupe a área de até 1.000m² (mil metros quadrados) sem oposição, pelo prazo ininterrupto de, no mínimo, 1 (um) ano, observadas, se houver, as dimensões de lotes fixadas na legislação municipal;

c) utilize o imóvel como única moradia ou como meio lícito de subsistência, exceto locação ou assemelhado; e

d) não seja proprietário ou possuidor de outro imóvel urbano, condição atestada mediante declaração pessoal sujeita a responsabilização nas esferas penal, administrativa e civil;

II - alienação gratuita para órgãos e entidades da administração pública estadual, instalados até 11 de fevereiro de 2009;

III - alienação onerosa, precedida de licitação, com direito de preferência àquele que comprove a ocupação, por 1 (um) ano ininterrupto, sem oposição, até 10 de fevereiro de

2009, de área superior a 1.000m² (mil metros quadrados) e inferior a 5.000m² (cinco mil metros quadrados); e

IV - nas situações não abrangidas pelos incisos I a III, sejam observados na alienação a alínea f do inciso I do art. 17 e as demais disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 1º No caso previsto no § 2º do art. 21, o Município deverá regularizar a área recebida mediante a transferência da concessão de direito real de uso.

§ 2º O registro decorrente da alienação de que trata o inciso I do caput e da concessão de direito real de uso a beneficiário que preencha os requisitos estabelecidos nas alíneas a a d do mesmo inciso será realizado de ofício pelo Registro de Imóveis competente, independentemente de custas e emolumentos.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31. Os agentes públicos que cometerem desvios na aplicação desta Lei incorrerão nas sanções previstas na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Parágrafo único. Não haverá reversão do imóvel ao patrimônio da União em caso de descumprimento das disposições dos arts. 29 e 30 pelo Município.

Art. 32. Com a finalidade de efetivar as atividades previstas nesta Lei, a União firmará acordos de cooperação técnica, convênios ou outros instrumentos congêneres com Estados e Municípios.

Art. 33. Ficam transferidas do Incra para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, pelo prazo de 5 (cinco) anos renovável por igual período, nos termos de regulamento, em caráter extraordinário, as competências para coordenar, normatizar e supervisionar o processo de regularização fundiária de áreas rurais na Amazônia Legal, expedir os títulos de domínio correspondentes e efetivar a doação prevista no § 1º do art. 21, mantendo-se as atribuições do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão previstas por esta Lei.

Art. 34. O Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão criarão sistema informatizado a ser disponibilizado na rede mundial de computadores - internet, visando a assegurar a transparência sobre o processo de regularização fundiária de que trata esta Lei.

Art. 35. A implementação das disposições desta Lei será avaliada de forma sistemática por comitê instituído especificamente para esse fim, assegurada a participação de representantes da sociedade civil organizada que atue na região amazônica, segundo composição e normas de funcionamento definidas em regulamento.

Art. 36. Os Estados da Amazônia Legal que não aprovarem, mediante lei estadual, o respectivo Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE no prazo máximo de 3 (três) anos, a contar da entrada em vigor desta Lei, ficarão proibidos de celebrar novos convênios com a União, até que tal obrigação seja adimplida.

Art. 37. Ficam transformadas, sem aumento de despesa, no âmbito do Poder Executivo, para fins de atendimento do disposto nesta Lei, 216 (duzentas e dezesseis) Funções Comissionadas Técnicas, criadas pelo art. 58 da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, sendo 3 (três) FCT-1, 7 (sete) FCT-2, 10 (dez) FCT-3, 8 (oito) FCT-4, 14 (quatorze) FCT-9, 75 (setenta e cinco) FCT-10, 34 (trinta e quatro) FCT-11, 24 (vinte e quatro) FCT-12, 30 (trinta) FCT-13 e 11 (onze) FCT-15, em 71 (setenta e um) cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, sendo 1 (um) DAS-6, 1 (um) DAS-5, 11 (onze) DAS-4, 29 (vinte e nove) DAS-3 e 29 (vinte e nove) DAS-2.

§ 1º Os cargos referidos no caput serão destinados ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e à Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 2º O Poder Executivo disporá sobre a alocação dos cargos em comissão transformados por esta Lei na estrutura regimental dos órgãos referidos no § 1º.

§ 3º Fica o Poder Executivo autorizado a transformar, no âmbito do Incra, 10 (dez) DAS-1 e 1 (um) DAS-3 em 3 (três) DAS- 4 e 2 (dois) DAS-2.

Art. 38. A União e suas entidades da administração indireta ficam autorizadas a proceder a venda direta de imóveis residenciais de sua propriedade situados na Amazônia Legal aos respectivos ocupantes que possam comprovar o período de ocupação efetiva e regular por período igual ou superior a 5 (cinco) anos, excluídos:

- I - os imóveis residenciais administrados pelas Forças Armadas, destinados à ocupação por militares;
- II - os imóveis considerados indispensáveis ao serviço público.

Art. 39. A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 17.

I -

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

.....

i) alienação e concessão de direito real de uso, gratuita ou onerosa, de terras públicas rurais da União na Amazônia Legal onde incidam ocupações até o limite de 15 (quinze) módulos fiscais ou 1.500ha (mil e quinhentos hectares), para fins de regularização fundiária, atendidos os requisitos legais;

.....

§ 2º

.....

II - a pessoa natural que, nos termos da lei, regulamento ou ato normativo do órgão competente, haja implementado os requisitos mínimos de cultura, ocupação mansa e pacífica e exploração direta sobre área rural situada na Amazônia Legal, superior a 1 (um) módulo fiscal e limitada a 15 (quinze) módulos fiscais, desde que não exceda 1.500ha (mil e quinhentos hectares);
.....

§ 2º-A. As hipóteses do inciso II do § 2º ficam dispensadas de autorização legislativa, porém submetem-se aos seguintes condicionamentos:
....." (NR)

Art. 40. A Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 167.
.....

II -
.....
24. do destaque de imóvel de gleba pública originária." (NR)

"Art. 176.
.....

§ 5º Nas hipóteses do § 3º, caberá ao Incra certificar que a poligonal objeto do memorial descritivo não se sobrepõe a nenhuma outra constante de seu cadastro georreferenciado e que o memorial atende às exigências técnicas, conforme ato normativo próprio.

§ 6º A certificação do memorial descritivo de glebas públicas será referente apenas ao seu perímetro originário.

§ 7º Não se exigirá, por ocasião da efetivação do registro do imóvel destacado de glebas públicas, a retificação do memorial descritivo da área remanescente, que somente ocorrerá a cada 3 (três) anos, contados a partir do primeiro destaque, englobando todos os destaques realizados no período." (NR)

"Art. 250.
.....

IV - a requerimento da Fazenda Pública, instruído com certidão de conclusão de processo administrativo que declarou, na forma da lei, a rescisão do título de domínio ou de concessão de direito real de uso de imóvel rural, expedido para fins de regularização fundiária, e a reversão do imóvel ao patrimônio público." (NR)

Art. 41. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de junho de 2009; 188º da Independência e 121º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Tarso Genro

Guido Mantega

Paulo Bernardo Silva

Carlos Minc

Guilherme Cassel

Márcio Fortes de Almeida

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 6.516, de 2013, de autoria do nobre Deputado Moreira Mendes, pretende alterar a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que trata da regularização fundiária na Amazônia Legal. Para tanto, propõe modificar os artigos 13, 15 a 18, 32, 34, 41 a 44 da referida Lei, dispondo sobre as etapas do Programa Terra Legal.

No art. 13 supprime-se o parágrafo único, excluindo-se a possibilidade de realização de vistoria de fiscalização em imóveis de até 4 módulos fiscais.

As principais alterações propostas nos arts. 15, 16 e 18 têm por finalidade excluir a exigência das cláusulas sob condição resolutiva.

O art. 17 torna obrigatória a concessão do desconto de 20% para o pagamento à vista e o art. 18 prevê a indenização das benfeitorias úteis e necessárias nos casos de rescisão do título de domínio.

No art. 32 acrescenta-se parágrafo único prevendo o cruzamento de dados entre todos os órgãos participantes, das diferentes esferas de governo. Já no art. 34, a alteração proposta estabelece a disponibilização de todos os dados do Programa na internet, retirando do texto legal a necessidade de criação de sistema informatizado para democratizar o acesso às informações do Programa.

Ademais, foram acrescentados três novos artigos nas Disposições Finais. O art. 41 vincula o cadastramento do posseiro à sua autorização para a realização dos serviços de georreferenciamento e das vistorias necessárias ao imóvel. O art. 42 prevê a comunicação ao Ministério Público dos casos de constatação de falsificação dos títulos de terra, e o art. 43 estabelece o prazo de 180

dias, a partir do cadastro, para que o órgão responsável se manifeste sobre a pretensão, sob pena de imediata titulação.

Em sua justificção, o autor da proposição argumenta que, embora o objetivo do Programa Terra Legal fosse beneficiar até 300mil posseiros dentro das glebas federais e emitir títulos de terra em até 60(sessenta) dias, concluindo assim a regularização fundiária de toda a região em três anos, em 2011 haviam apenas 611 títulos emitidos, e, em outubro de 2013, dos 107 mil cadastrados no Programa, apenas 4.691 têm a posse oficial da terra.

O intuito da proposição, segundo o autor, é alterar alguns dispositivos da Lei para desburocratizar alguns procedimentos, de forma que as ocupações legítimas sejam tituladas o mais breve possível.

À proposição, foi apensado o Projeto de Lei nº 8.222, de 2014, de autoria do nobre Deputado Marcos Montes, trazendo *ipsis litteris* o texto do PL 6.516, de 2013. Em sua justificção, o autor explica ser a proposta oportuna e meritória, e sua reapresentação uma homenagem ao ex-deputado Moreira Mendes.

O Projeto de Lei nº 6.516, de 2013, e seu apenso, PL 8.222, de 2014, foi distribuído às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia e Constituição e Justiça e de Cidadania, tramita em regime ordinário e está sujeito à apreciação conclusiva pelas Comissões.

II - VOTO DO RELATOR

Uma série de entraves burocráticos tem impedido a eficácia da execução do Programa Terra Legal, regulamentado pela Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009. Nesse contexto, a proposta que ora apreciamos promove uma maior celeridade nos procedimentos necessários à titulação definitiva das ocupações legítimas incidentes em terras situadas na Amazônia Legal.

Para tanto, como bem lembra o autor da proposição em sua justificção, o Projeto de Lei nº 6.516, de 2013, busca: 1. Simplificar a etapa de georreferenciamento com o cruzamento de dados entre os órgãos; 2. Impor prazo para a realização de vistoria nos imóveis; 3. Conferir autorização automática do posseiro, quando do cadastramento junto ao Programa, para que as empresas possam realizar o georreferenciamento; 4. Garantir a ampla publicidade do Programa, com divulgação ampla e irrestrita dos dados obtidos; 5. Acabar com as cláusulas resolutivas para validade da titulação, que causavam entraves no

processo; 6. Estabelecer providência a ser adotada nos casos de títulos de terras falsos e, 7. Fixar um prazo para titulação da posse dos imóveis cadastrados junto ao Programa.

Embora de inquestionável valor, o PL em apreço merece pequenos aperfeiçoamentos, que oferecemos por meio das emendas apresentadas. A Emenda 1 altera os §§2º e 3º do art. 15, e a Emenda 2 acrescenta alteração ao art. 19 da Lei 11.952, de 2009.

No § 2º do art. 15, fizemos apenas uma correção, já que o parágrafo remete ao *caput* para definir o prazo previsto, sendo que o referido artigo foi modificado, não constando mais prazo em seu *caput*. No § 3º do mesmo artigo, acrescentamos a ressalva de que em caso de força maior ou caso fortuito o beneficiário não é penalizado, trazendo para o texto legal o que já vem ocorrendo nos projetos de assentamento, em que os assentados são anistiados em casos comprovados.

A alteração proposta no art. 19 da Lei nº 11.952, de 2009, é motivada pela ausência de procedimentos implantados para recebimento dos títulos e contratos devidos pelos agricultores, gerando uma insegurança jurídica, já que, embora o prazo estipulado em lei tenha vencido, o órgão responsável nem iniciou o recebimento. Em função da apreensão dos agricultores, que estão assistindo suas dívidas serem corrigidas desde 2003, sem poder pagar, pois as Superintendências do INCRA não recebem desde então, achamos por bem ampliar o prazo para que, ao menos os agricultores estejam resguardados da retomada da área.

Diante dos irrefutáveis argumentos apresentados e do baixo desempenho do Programa Terra Legal, somos pela aprovação do PL 6.516, de 2013 e do PL nº 8.222, de 2014, apensado, com as duas emendas anexas.

Sala das Comissões, em 01 de junho de 2015.

Deputado Francisco Chapadinha
Relator

**PROJETO DE LEI Nº 6.516, DE 2013
(Apenso PL 8.222, de 2014)**

Altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em

áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; para dispor sobre as etapas do Programa Terra Legal e dá outras providências.

EMENDA 1

Dê-se aos § 2º e 3º do art. 15 da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, alterados pelo art. 2º do projeto a seguinte redação:

"Art.15

.....

§ 2º Os títulos referentes às áreas de até 4 (quatro) módulos fiscais serão intransferíveis e inegociáveis por ato inter vivos pelo prazo de 10 anos. (NR)

§ 3º O beneficiário que transferir ou negociar por qualquer meio o título obtido nos termos desta lei não poderá ser contemplado novamente em programas de reforma agrária ou de regularização fundiária, salvo motivo de força maior ou caso fortuito devidamente comprovado.(NR)

Sala das Comissões, em 01 de junho de 2015.

Deputado Francisco Chapadinha
Relator

PROJETO DE LEI No 6.516, DE 2013 (Apenso PL 8.222, de 2014)

Altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; para dispor sobre as etapas do Programa Terra Legal e dá outras providências.

EMENDA 2

Acrescente-se ao Projeto o seguinte artigo:

"Art. ... O art. 19 da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009,

passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 19 No caso de inadimplemento de contrato firmado com o INCRA até 10 de fevereiro de 2009, ou de não observância de requisito imposto em termos de concessão de uso ou de licença de ocupação, o ocupante terá prazo de 10 (dez) anos, contados a partir de 11 de fevereiro de 2009, para adimplir o contrato no que foi descumprido ou renegociá-lo, sob pena de ser retomada a área ocupada, conforme regulamento.”(NR)

Sala da Comissão, em 01 de junho de 2015.

Deputado Francisco Chapadinha
Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente o Projeto de Lei nº 6.516/2013, e o PL 8222/2014, apensado, com duas emendas, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Francisco Chapadinha. O Deputado Beto Faro apresentou voto em separado.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Heuler Cruvinel e Carlos Henrique Gaguim - Vice-Presidentes, Abel Mesquita Jr., Afonso Hamm, André Abdon, Assis do Couto, Beto Faro, Celso Maldaner, César Halum, César Messias, Dilceu Sperafico, Elcione Barbalho, Evair de Melo, Francisco Chapadinha, Heitor Schuch, Hélio Leite, João Daniel, Jony Marcos, Josué Bengtson, Kaio Maniçoba, Luis Carlos Heinze, Luiz Cláudio, Marcelo Castro, Nelson Meurer, Odelmo Leão, Onyx Lorenzoni, Pedro Chaves, Raimundo Gomes de Matos, Ricardo Teobaldo, Roberto Balestra, Rogério Peninha Mendonça, Ronaldo Lessa, Sérgio Moraes, Valdir Colatto, Valmir Assunção, Zé Carlos, Zé Silva, Alberto Filho, Alexandre Baldy, João Rodrigues, Lázaro Botelho, Mário Heringer, Miguel Lombardi, Nelson Marquezelli, Remídio Monai, Rocha, Vicentinho Júnior e Wellington Roberto.

Sala da Comissão, em 8 de julho de 2015.

Deputado HEULER CRUVINEL
Presidente em exercício

PROJETO DE LEI Nº 6.516 DE 2013

Altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; para dispor sobre as etapas do Programa Terra Legal e dá outras providências.

EMENDA ADOTADA PELA COMISSÃO Nº 01

Dê-se aos § 2º e 3º do art. 15 da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, alterados pelo art. 2º do projeto a seguinte redação:

"Art.15
.....

§ 2º Os títulos referentes às áreas de até 4 (quatro) módulos fiscais serão intransferíveis e inegociáveis por ato inter vivos pelo prazo de 10 anos. (NR)

§ 3º O beneficiário que transferir ou negociar por qualquer meio o título obtido nos termos desta lei não poderá ser contemplado novamente em programas de reforma agrária ou de regularização fundiária, salvo motivo de força maior ou caso fortuito devidamente comprovado. (NR)"

Sala da Comissão, 08 de julho de 2015.

Deputado HEULER CRUVINEL
Presidente em exercício

PROJETO DE LEI Nº 6.516 DE 2013

Altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; para dispor sobre as etapas do Programa Terra Legal e dá outras providências.

EMENDA ADOTADA PELA COMISSÃO Nº 02

Acrescente-se ao Projeto o seguinte artigo:

“Art. 3º O art. 19 da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 19 No caso de inadimplemento de contrato firmado com o INCRA até 10 de fevereiro de 2009, ou de não observância de requisito imposto em termos de concessão de uso ou de licença de ocupação, o ocupante terá prazo de 10 (dez) anos, contados a partir de 11 de fevereiro de 2009, para adimplir o contrato no que foi descumprido ou renegociá-lo, sob pena de ser retomada a área ocupada, conforme regulamento. (NR)”

Sala da Comissão, 08 de julho de 2015.

Deputado HEULER CRUVINEL
Presidente em exercício

VOTO EM SEPARADO

Por meio do Projeto de Lei nº 6.516, de 2013, o ilustre Deputado Moreira Mendes pretende efetuar modificações na Lei nº 11.952, de 25 de 2009. Essa Lei criou o programa 'Terra Legal' que trata da regularização fundiária na Amazônia Legal. Mais exatamente, o programa aliena terras da União para posses em imóveis de até 15 módulos fiscais, dando preferência e flexibilizando a alienação das áreas superiores a esse limite.

Com as alterações propostas, o autor do PL sugere, entre outros pontos:

1. a dispensa da realização de vistoria de fiscalização em imóveis de até 4 módulos fiscais.
2. desconto de 20% para o pagamento à vista da terra e a indenização das benfeitorias úteis e necessárias nos casos de rescisão do título de domínio.
3. disponibilização dos dados do Programa na internet.
4. a comunicação ao Ministério Público dos casos de constatação de falsificação dos títulos de terra.

O Relator do PL, o nobre Deputado Chapadinha, vota pela sua aprovação com duas Emendas.

Cumprе enfatizar que o 'Terra Legal' constituiu uma iniciativa relevante do governo do Presidente Lula com vistas a regularizar e instituir a garantia jurídica da propriedade fundiária na Amazônia nas áreas da União objeto de posses de boa fé. Portanto, estamos tratando de um instrumento excepcional que, sem custos para as posses menores e baixo custo para as demais, transfere terras públicas para o setor privado.

Vale assinalar, também, que a Medida Provisória que deu origem à Lei em consideração foi objeto de amplas discussões nesta Casa, que resultaram num texto consensual que contou com o apoio do Deputado Moreira Mendes um dos grandes protagonistas dos debates sobre a matéria na época. Portanto, no mínimo é curioso que, quase ao final do prazo de execução do programa, o nobre parlamentar intente mudar as normas do programa. A propósito, recentemente a presidenta Dilma prorrogou o 'Terra Legal' por três anos.

A propositura inclui alterações de menor impacto. Contudo, prevê algumas que não se coadunam com uma ação de alienação de terras públicas da União. Não parece razoável, por exemplo, a pretensão da dispensa de vistoria na regularização de posses em áreas de até 4 módulos. Na melhor das hipóteses com tal dispensa o Poder Público estaria incorrendo a conduta temerária na gestão do patrimônio público.

No entanto, de maior gravidade é a tentativa do autor de retirar o caráter resolutivo definido pela Lei, pelo prazo de dez anos, para as cláusulas impostas aos beneficiários do programa, os quais, pela Lei, devem garantir o aproveitamento racional e adequado da área; proceder à averbação da reserva legal; a identificação das áreas de preservação permanente, e o compromisso para sua recuperação. Ademais, devem observar a legislação trabalhista e as condições e formas de pagamento da terra. A não observância de uma dessas cláusulas implica na rescisão do título de domínio ou termo de concessão com a consequente reversão da área em favor da União.

O PL mantém essas cláusulas, retirando-lhes, no entanto, o caráter resolutivo, ou seja, a rigor, sem gerar consequências práticas com o eventual descumprimento das mesmas. Portanto, o PL propõe perigosa permissividade na execução do 'Terra Legal' com o pretexto de impor celeridade ao programa caracterizado pelo baixo desempenho. Vale lembrar que muitas dessas terras, mesmo aquelas na faixa da média propriedade (acima de 4MF até 15 MF) alcançadas pelo programa foram griladas, subtraídas de comunidades tradicionais e camponesas em geral, e com práticas de trabalho escravo, etc.

Ante o exposto conclamo os membros desta Comissão a rejeitarem o PL bem assim, o Parecer do Relator.

Sala da Comissão, em 7 de julho de 2015.

Deputado **Beto Faro**

**COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
DA AMAZÔNIA**

**PROJETO DE LEI Nº 6.516, DE 2013
(Apenso PL 8.222, de 2014)**

Altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; para dispor sobre as etapas do Programa Terra Legal e dá outras providências.

EMENDA

O Inciso IV do Art. 5º da Lei 11.952 de 25 de julho de 2009 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º.....

[...]

IV - comprovar o exercício de ocupação e exploração direta, mansa e pacífica, por si ou por seus antecessores, anterior a 22 de julho de 2008; e

[...]”

JUSTIFICATIVA

O Código Florestal Brasileiro, Lei 12.651 de 25 de maio de 2012, estipulou a data de 22 de julho de 2008 para o fim do desmatamento para as propriedades passíveis de regularização ambiental.

A partir daquela data, as propriedades que viessem a desmatar não poderiam mais ter sua regularização ambiental e sobre elas incidiriam todas as punições definidas na Lei.

A Lei 11.952 de 25 de junho de 2009, anterior ao novo Código Florestal, tinha como data limite para regularização fundiária a data de 1º de

dezembro de 2004, data esta definida segundo critérios da época para definir um prazo de 5 anos de posse mansa e pacífica para a referida regularização fundiária.

Tal prazo gerou inúmeras injustiças com produtores que por muitas vezes não conseguiu a titularização de suas propriedade por causa de 01(um) único dia.

Com a vigência do novo Código Florestal, o prazo para regularização ambiental criou uma nova expectativa àqueles produtores excluídos pela Lei 11.952 que viram no prazo de desmatamento passível de regularização ambiental uma nova possibilidade de ter suas terras regularizadas.

A presente emenda visa justamente isso, unificar as datas de regularização ambiental e regularização fundiária para que milhares de produtores rurais possam vir a ter suas propriedades regularizadas junto ao Terra Legal.

Hoje existe uma verdadeira anomalia jurídica, diversas propriedades regularizadas ambientalmente, porém, impossibilitadas de ter a regularização fundiária.

Gostaria de contar com o apoio do nobre relator e dos Nobres Pares desta Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia.

Sala da Comissão, em 19 de agosto de 2015.

Deputado Francisco Chapadinha

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei em referência, de autoria do ilustre Deputado Moreira Mendes, propõe alterações na Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que instituiu o Programa Terra Legal que visa promover a regularização fundiária na Amazônia Legal.

A primeira alteração ocorre com a proposta de supressão do parágrafo único do art. 13 da Lei. Com essa proposta exclui-se a possibilidade de realização de vistoria de fiscalização em imóveis de até 4 módulos fiscais.

O PL modifica o caput do art. 15 para retirar o caráter de resolatividade das cláusulas estabelecidas pela Lei para a concessão, aos beneficiários do programa, do título de domínio ou do termo de concessão de direito real de uso. Contudo, mantém a proibição de transferência das terras regularizadas e outros casos de punição pelo descumprimento das cláusulas fixadas pela Lei.

A alteração proposta no art. 16 visa condicionar a liberação dos títulos ou dos termos de concessão de uso após a vistoria, à exceção dos casos dos imóveis até quatro módulos fiscais.

A alteração no art. 17 torna obrigatória a concessão do desconto de 20% para o pagamento à vista e o art. 18 prevê a indenização das benfeitorias úteis e necessárias nos casos de rescisão do título de domínio.

No art. 32 acrescenta-se parágrafo único prevendo o cruzamento de dados entre todos os órgãos participantes, das diferentes esferas de governo, enquanto, no art. 34, a alteração proposta estabelece a disponibilização de todos os dados do Programa na internet, retirando do texto legal a necessidade de criação de sistema informatizado para democratizar o acesso às informações do Programa.

Foram ainda acrescentados três novos artigos. O art. 41 vincula o cadastramento do posseiro à sua autorização para a realização dos serviços de georreferenciamento e das vistorias necessárias ao imóvel. O art. 42 prevê a comunicação ao Ministério Público dos casos de constatação de falsificação dos títulos de terra, e o art. 43 estabelece o prazo de 180 dias, a partir do cadastro, para que o órgão responsável se manifeste sobre a pretensão, sob pena de imediata titulação.

Na Comissão de Agricultura o PL foi aprovado com duas Emendas apresentadas pelo Relator, o Deputado Francisco Chapadinha. A primeira, no art. 15, flexibiliza a proibição imposta de acesso ao programa de reforma agrária ou de regularização fundiária para aqueles beneficiários da Lei que promoverem a transferência ou a negociação dos títulos obtidos. A nova redação aprovada na CAPADR, excetua as situações decorrentes de “...força maior ou caso fortuito devidamente comprovadas.”

A outra Emenda aprovada na CAPADR propõe modificação no art. 19 da Lei. Estende de três, para dez anos, o prazo para que o ocupante inadimplido com o contrato com o Incra retorne à condição de adimplência sob pena da retomada da área ocupada.

A Mesa Diretora da Câmara indeferiu o Requerimento nº 2.691, de 2015, do nobre Deputado Sarney Filho requerendo a distribuição do PL também para a Comissão de Meio Ambiente desta Casa.

Nesta Comissão, o Deputado Chapadinha apresentou Emenda propondo a alteração do inciso IV ao Art. 5º da Lei nº 11.952, de 2009, de modo a fixar, para período anterior a 22 de julho de 2008, a comprovação da ocupação e exploração mansa e pacífica da terra, ao invés de ‘anterior a 1º de dezembro de 2004 conforme fixado na Lei.

É o Relatório.

II – VOTO

A proposição em tela versa sobre tema de grande importância. Tenta desobstruir o processo de regularização fundiárias na Amazônia instituído por meio do programa Terra Legal criado pela Lei nº 11.952, de 2009.

Com efeito, desde o início da sua execução o programa vem apresentado um desempenho extremamente precário em razão de entraves burocráticos e exigências regulatórias excessivas que não dialogam com a caótica realidade fundiária na Amazônia.

Nesses termos, a propositura procura imprimir maior celeridade nos procedimentos necessários à titulação definitiva das ocupações legítimas incidentes em terras situadas naquela região do país e, dessa forma, reduzir a balbúrdia que vigora na estrutura de posse da terra na Amazônia.

Além de propor a superação de vários entraves burocráticos o PL impõe prazo para a realização de vistoria nos imóveis e inclui dispositivos para dar ampla publicidade aos dados do Programa.

A mudança essencial visada pelo PL no programa Terra Legal é o fim da natureza resolutiva das cláusulas fixadas pela Lei para os beneficiários do programa. Mesmo com essa proposta, o PL mantém as cláusulas que devem ser respeitadas por todos os beneficiários do programa.

É importante sublinhar que o 'Terra Legal' só regulariza as posses comprovadamente mansas e pacíficas. Ou seja, aquelas posses existentes e reconhecidas em terras da União, no caso, de boa fé, existentes por vezes há dezenas de anos, sem qualquer litígio. Trata-se, pois, de situação absolutamente diferente daquela de um assentado pelo programa de reforma agrária que recebe um lote e que por isso é razoável impor-lhe uma série de obrigações em contrapartida ao bem recebido da União.

Com essa compreensão, os tratamentos aos beneficiários do 'Terra Legal' e do programa de reforma agrária devem ser diferenciados no que tange à legitimação da terra. Assim, julgo pertinentes as medidas previstas no PL em comento.

Inclusive, considero injusto que um pequeno produtor que detenha uma pequena posse na Amazônia fique impedido do acesso ao 'Terra Legal' para regularizar outro pequeno lote que obteve ao longo do tempo como decorrência da ampliação da sua família. Deve-se oportunizar o Terra Legal para resolver essas situações sob pena de jamais pacificarmos a questão fundiária na Amazônia e, portanto, mantermos as importantes travas para o desenvolvimento da agricultura de base familiar na região.

Também julgo razoável, pelas distinções antes feitas entre lote objeto de regularização fundiária e lote obtido no âmbito do programa de reforma agrária, que cumpridas as exigências de quitação do lote, sejam liberados os respectivos títulos ou termos de concessão de direito real de uso.

Ainda que reconhecendo a pertinência da Emenda apresentada na CINDRA pelo nobre Deputado Chapadinha no sentido de convergir o período para a comprovação dos termos de exploração e ocupação da terra, à data referência fixada pelo Novo Código Florestal para o fim do desmatamento, entendo que o acolhimento da mesma teria o potencial de gerar grande número de contestação de processos já conclusos o que mais prejudicaria do que facilitaria os objetivos de 'destravamento' do programa.

Ante o exposto, respeitosamente rejeito Emenda apresentada na CINDRA, e voto pela aprovação do PL nº 6.516, de 2013, e das Emendas apresentadas pelo Relator na CAPADR, bem como ao PL 8.222, de 2014, apenso, na forma do Substitutivo, anexo.

Sala das Comissões, em 10 de novembro de 2015.

Deputado Zé Geraldo

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 6.516, DE 2013 (Apenso PL 8.222, de 2014)

Altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; para dispor sobre as etapas do Programa Terra Legal e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, para dispor sobre as etapas do Programa Terra Legal e dá outras providências.

Art. 2º O Parágrafo único do Art. 1º da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º.....

Parágrafo único. Fica vedado beneficiar, nos termos desta Lei, pessoa natural ou jurídica com a regularização de mais de uma área ocupada, exceto nos casos de áreas de ocupação antigas, sem contestações ou litígios, conforme atestado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra.” (NR)

Art. 2º Os arts. 13, 15, 16, 17, 18, 32, 34, 41, 42, 43 e 44 da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13 Os requisitos para a regularização fundiária dos imóveis de até 4 (quatro) módulos fiscais serão averiguados por meio de declaração do ocupante, sujeita a responsabilização nas esferas penal, administrativa e civil, dispensada a vistoria prévia.

.....

Art. 15 O título de domínio ou, no caso previsto no §4º do art. 6º, o termo de concessão de direito real de uso deverão conter, entre outras, cláusulas que determinem:

I –

II – a averbação da área de reserva legal ou sua compensação, na forma estabelecida pela legislação ambiental, sob pena de incorrer nas penalidades cabíveis;

.....

§1º O desmatamento que vier a ser considerado irregular em áreas de preservação permanente ou de reserva legal, após processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, implica em rescisão do título de domínio com a consequente reversão da área em favor da União.

§ 2º Os títulos referentes às áreas de até 4 (quatro) módulos fiscais serão intransferíveis e inegociáveis por ato inter vivos pelo prazo de 10 anos, exceto nas situações de plena quitação do valor do lote fixado pelo programa e demais compromissos financeiros no âmbito do programa nos termos dos Arts. 12 e 14, §2º, desta Lei. (NR)

§ 3º O beneficiário que transferir ou negociar por qualquer meio o título obtido nos termos desta lei não poderá ser contemplado novamente em programas de reforma agrária ou de regularização fundiária, salvo motivo de força maior ou caso fortuito devidamente comprovado.(NR)

Art. 16 O título de domínio e o termo de concessão de uso somente serão liberados após a vistoria, ressalvado o disposto no caput do artigo 13 desta lei. Parágrafo único. A vistoria deve ocorrer em até 60 (sessenta) dias da efetivação do cadastro.

Art. 17.....

§2º Deverá ser concedido desconto de 20% (vinte por cento) ao beneficiário da regularização fundiária que optar pelo pagamento à vista.

Art. 18 Em caso de rescisão do título de domínio, na hipótese prevista no §2º do art. 15, serão indenizadas as benfeitorias úteis e necessárias, desde que realizadas com observância da lei.

.....

.....

Art. 32 Com a finalidade de efetivar as atividades previstas nesta Lei, a União poderá firmar acordos de cooperação técnica, convênios ou outros instrumentos congêneres com Estados e Municípios.

Parágrafo único. No intuito de simplificar todas as fases do programa, principalmente a etapa de georreferenciamento, deverá existir o cruzamento de dados entre todos os órgãos participantes, sejam eles da esfera federal, estadual ou municipal.

.....

.....

Art. 34 O Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão deverão disponibilizar todos os dados obtidos do programa, com divulgação ampla e irrestrita, por meio de sítio eletrônico na rede mundial de computadores – Internet, visando assegurar a transparência sobre o processo de regularização fundiária de que trata esta lei.

.....

.....

Art. 41 Ao se cadastrar junto ao Programa Terra Legal, o posseiro estará autorizando automaticamente às empresas terceirizadas e demais órgãos federais a realizarem o georreferenciamento e demais vistorias que se fizerem necessárias no imóvel.

Art. 42 Durante os procedimentos para a regularização fundiária, caso seja constatada à falsificação dos títulos de terras, o órgão responsável deverá comunicar ao Ministério Público para que promova as medidas cabíveis.

Art. 43 Fica estabelecido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados do cadastramento junto ao Programa, para que o órgão responsável se manifeste sobre a pretensão, sob pena de imediata titulação.

Art. 44 Esta lei entra em vigor 90 (noventa) dias após sua publicação. (NR)''

Sala das Comissões, em 10 de novembro de 2015.

Deputado Zé Geraldo

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente o Projeto de Lei nº 6.516/2013, a Emenda de Relator 1 da CAPADR, a Emenda de Relator 2 da CAPADR e o PL 8222/2014, apensado, com Substitutivo, e rejeitou a Emenda 1/2015 da CINDRA, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Zé Geraldo.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Júlia Marinho - Presidente, Simone Morgado - Vice-Presidente, Arthur Virgílio Bisneto, Beto Salame, Cabo Daciolo, Cacá Leão, Delegado Éder Mauro, Francisco Chapadinha, Leo de Brito, Maria Helena, Pauderney Avelino, Zé Geraldo, Angelim, Roberto Britto, Rocha e Silas Câmara.

Sala da Comissão, em 9 de dezembro de 2015.

Deputada JÚLIA MARINHO
Presidente

**SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO
NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA
AO PROJETO DE LEI Nº 6.516, DE 2013
(Apenso PL 8.222, de 2014)**

Altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; para dispor sobre as etapas do Programa Terra Legal e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, para dispor sobre as etapas do Programa Terra Legal e dá outras providências.

Art. 2º O Parágrafo único do Art. 1º da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.

1º

Parágrafo único. Fica vedado beneficiar, nos termos desta Lei, pessoa natural ou jurídica com a regularização de mais de uma área ocupada, exceto nos casos de áreas de ocupação antigas, sem contestações ou litígios, conforme atestado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra.” (NR)

Art. 2º Os arts. 13, 15, 16, 17, 18, 32, 34, 41, 42, 43 e 44 da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13 Os requisitos para a regularização fundiária dos imóveis de até 4 (quatro) módulos fiscais serão averiguados por meio de declaração do ocupante, sujeita a responsabilização nas esferas penal, administrativa e civil, dispensada a vistoria prévia.

.....
 ..
 ..

Art. 15 O título de domínio ou, no caso previsto no §4º do art. 6º, o termo de concessão de direito real de uso deverão conter, entre outras, cláusulas que determinem:

I —

II – a averbação da área de reserva legal ou sua compensação, na forma estabelecida pela legislação ambiental, sob pena de incorrer nas penalidades cabíveis;

.....
 ..
 ..
 ..

§1º O desmatamento que vier a ser considerado irregular em áreas de preservação permanente ou de reserva legal, após processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, implica em rescisão do título de domínio com a consequente reversão da área em favor da União.

§ 2º Os títulos referentes às áreas de até 4 (quatro) módulos fiscais serão intransferíveis e inegociáveis por ato inter vivos pelo prazo de 10 anos, exceto nas situações de plena quitação do valor do lote fixado pelo programa e demais compromissos financeiros no âmbito do programa nos termos dos Arts. 12 e 14, §2º, desta Lei. (NR)

§ 3º O beneficiário que transferir ou negociar por qualquer meio o título obtido nos termos desta lei não poderá ser contemplado novamente em programas de reforma

agrária ou de regularização fundiária, salvo motivo de força maior ou caso fortuito devidamente comprovado.(NR)

Art. 16 O título de domínio e o termo de concessão de uso somente serão liberados após a vistoria, ressalvado o disposto no caput do artigo 13 desta lei. Parágrafo único. A vistoria deve ocorrer em até 60 (sessenta) dias da efetivação do cadastro.

Art. 17.....

§2º Deverá ser concedido desconto de 20% (vinte por cento) ao beneficiário da regularização fundiária que optar pelo pagamento à vista.

Art. 18 Em caso de rescisão do título de domínio, na hipótese prevista no §2º do art. 15, serão indenizadas as benfeitorias úteis e necessárias, desde que realizadas com observância da lei.

.....
...
.....
....

Art. 32 Com a finalidade de efetivar as atividades previstas nesta Lei, a União poderá firmar acordos de cooperação técnica, convênios ou outros instrumentos congêneres com Estados e Municípios.

Parágrafo único. No intuito de simplificar todas as fases do programa, principalmente a etapa de georreferenciamento, deverá existir o cruzamento de dados entre todos os órgãos participantes, sejam eles da esfera federal, estadual ou municipal.

.....
....
.....
....

Art. 34 O Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão deverão disponibilizar todos os dados obtidos do programa, com divulgação ampla e irrestrita, por meio de sítio eletrônico na rede mundial de computadores – Internet, visando assegurar a transparência sobre o processo de regularização fundiária de que trata esta lei.

.....
....
.....
....

Art. 41 Ao se cadastrar junto ao Programa Terra Legal, o posseiro estará autorizando automaticamente às empresas terceirizadas e demais órgãos federais a realizarem o georreferenciamento e demais vistorias que se fizerem necessárias no imóvel.

Art. 42 Durante os procedimentos para a regularização fundiária, caso seja constatada a falsificação dos títulos de terras, o órgão responsável deverá comunicar ao Ministério Público para que promova as medidas cabíveis.

Art. 43 Fica estabelecido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados do cadastramento junto ao Programa, para que o órgão responsável se manifeste sobre a pretensão, sob pena de imediata titulação.

Art. 44 Esta lei entra em vigor 90 (noventa) dias após sua publicação. (NR)”

Sala da Comissão, em 9 de dezembro de 2015.

Deputada Julia Marinho
Presidente da CINDRA

FIM DO DOCUMENTO
